



20(2): 101-132
jul./dez. 1995

GÊNERO, HISTÓRIA E EDUCAÇÃO: construção e desconstrução¹

Guacira Lopes Louro

RESUMO - *Gênero, História e Educação: Construção e Desconstrução.* O artigo analisa o texto chave de Joan Scott, “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, texto esse que vem sendo a mais recorrente referência para as/os estudiosos/as de gênero (das Ciências Sociais em geral e da Educação em particular), em nosso meio. Examina as aproximações da proposição de Scott com os estudos pós-estruturalistas (destacando em especial a utilização do conceito foucaultiano de poder e do procedimento desconstrutivo de Derrida) e as implicações políticas e pedagógicas desta abordagem.

Palavras-chave: *Gênero, História da Educação, desconstrução.*

ABSTRACT - *Gender, History and Education: Construction and Deconstruction.* The essay discusses Joan Scott’s key text, “Gender: a useful category of historical analysis”, which has been a main reference for students of gender (in Social Sciences, in general, and in Education, in particular) in the Brazilian context. It examines the affinities of Scott’s proposal with the poststructuralist studies (emphasizing especially her use of the Foucaultian concept of power and Derrida’s deconstructivist procedure) and the political and pedagogical implications of this approach.

Key-words: *Gender, History of Education, deconstruction.*

Se admitimos que as palavras (todas elas) não nos revelam imediata e diretamente o que significam, isso fica especialmente evidente quando nos referimos a *gênero*. Usualmente as pessoas interessadas nessa perspectiva necessitam explicá-la e se explicar, não apenas conceituando e localizando seu objeto de estudo, como também justificando a escolha desse objeto. Embora eu desejasse iniciar esse texto de outro modo, não vou escapar à regra.

Apenas muito recentemente, em nosso meio, os estudos de gênero (ou de relações de gênero) passaram a ocupar algum espaço nas discussões acadêmicas. Grupos e núcleos de estudiosas/os, dispersos nas diversas universidades e instituições de pesquisa do País, buscam, através de diferentes estratégias e abordagens, legitimar esse campo de estudos. E, sem dúvida, nessa busca de afirmação, recorrem a instrumentos e propostas teórico-metodológicas diferentes, traçando caminhos não apenas distintos, mas também, muitas vezes, contraditórios.

Para alguns desses grupos, talvez mais diretamente herdeiros da militância feminista, a denominação “estudos de gênero” é ainda pouco aceitável. Entendem que essa esconde aquela que é o seu verdadeiro sujeito/objeto de estudos (a mulher), já usualmente negada ou marginalizada numa ciência androcêntrica. As/os estudiosas/os do gênero — numa outra posição — têm então, não somente de buscar afirmar sua postura dentre o universo acadêmico mais amplo, como também, de certo modo, justificar-se diante de suas/seus companheiras/os.

Mas certamente se pode admitir uma origem comum nesses grupos, que se remontaria aos movimentos sociais de contestação das décadas de 1960/70. Nessa época, no Brasil e internacionalmente, a presença feminina é maciça nas manifestações estudantis, no movimento operário, nas lutas políticas e sociais. Mais do que isso, as mulheres passam a expressar publicamente uma luta específica, feminista, que, se não era nova, apresentava-se agora, em razão de toda a conjuntura internacional, com uma força e organização que lhe garantia continuidade.

A mudança que se instalará com relação aos estudos sobre a mulher, a partir de então, é tributária desses movimentos sociais. Com isso não quero dizer que anteriormente as mulheres estivessem ausentes da produção científica, mas se elas ali figuravam era, geralmente, como “estudos de minorias”, ou seja, as mulheres mereciam um capítulo especial ou uma referência, enquanto um “grupo desviante”, ou seja, eram referidas porque se entendia que “seu comportamento se distancia, diverge do modelo geral; o gênero masculino estando na base da elaboração da regra” (como lembram Albertina Costa e outras pesquisadoras, 1985, p. 5).

O que ocorre então é uma mudança significativa no olhar sobre a questão. Há um esforço para dar visibilidade à mulher como agente social e histórico, como sujeito; portanto o tema sai das notas de rodapé e ganha o corpo dos trabalhos. Surgem estudos preocupados não só em desvendar a opressão das mulheres, como também em demonstrar que a abordagem destas questões pode

trazer contribuições importantes ao entendimento da sociedade (Albertina Costa e outras, ob. cit.).

O conceito de gênero vai representar uma outra mudança nesse campo. Numa caminhada que já ultrapassara a denúncia da opressão e a descrição das experiências/vivências femininas, os textos acadêmicos começavam a ensaiar explicações, a promover articulações com paradigmas ou quadros teóricos “clássicos” ou emergentes, a propor novos paradigmas. Dentre essas diferentes perspectivas, surge o conceito de gênero, referindo-se à construção social e histórica dos sexos, ou seja, buscando acentuar o caráter social das distinções baseadas no sexo. Num primeiro momento, as feministas anglo-saxãs que passam a empregar o conceito têm como alvo os partidários das interpretações biologistas, aqueles que atribuem às diferenças biológicas as distinções sociais, ou melhor, que ancoram na biologia os arranjos sociais desiguais e hierarquizados de homens e mulheres. O uso do conceito tem também, a princípio, uma motivação estratégica, no sentido de tentar contribuir para a legitimação dos estudos sobre a mulher, conferindo-lhes um caráter mais acadêmico e menos militante. Não me parece, no entanto, que sejam essas razões que justificam por que *gênero* conseguiu se consolidar, mas sim sua carga conceitual mais densa e compreensiva, já que aí se inscrevem não apenas o social mas também o biológico, a cultura e a natureza.

Uma compreensão mais ampla de gênero exige que pensemos não somente que os sujeitos se fazem homem e mulher num processo continuado, dinâmico (portanto não dado e acabado no momento do nascimento, mas sim construído através de práticas sociais masculinizantes e feminizantes, em consonância com as diversas concepções de cada sociedade); como também nos leva a pensar que gênero é mais do que uma identidade aprendida, é uma categoria imersa nas instituições sociais (o que implica admitir que a justiça, a escola, a igreja, etc. são “generificadas”, ou seja, expressam as relações sociais de gênero). Em todas essas afirmações está presente, sem dúvida, a idéia de formação, socialização ou educação dos sujeitos.

O conceito surge então como uma ferramenta teórica que parece ser potencialmente fértil para os estudos das ciências sociais em geral, e, então, para os estudos da História e da História da Educação. No entanto ainda nos movimentávamos com muitas cautelas e vacilações... Talvez para muitas de nós o artigo de Joan Scott — “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” (nas versões americana, de 1986 e francesa, de 1988) — tenha representado uma verdadeira “introdução” ao conceito e às suas implicações para os estudos históricos. A partir de suas colocações, passávamos a nos dar conta de reflexões que ajudavam a conceptualizar gênero e começávamos a ensaiar algumas de suas possíveis aplicações. Esse texto é então divulgado mais amplamente (na versão brasileira de 1990, publicada em *Educação e Realidade*, vol.16, n.2) e inúmeros autores e autoras passam a fazer referência a ele, ainda que pouco se questione sobre

suas bases teóricas. Repetimos Scott porque ela parece indicar uma via interessante ou importante, mas não refletimos sobre as implicações que o uso de seu instrumental pode acarretar aos quadros teóricos em que nos apoiamos, promovendo até mesmo (quem sabe?) “casamentos” irreconciliáveis.

Evidentemente com essa afirmação não pretendo negar que alguns/mas pesquisadores/as tenham continuado a acompanhar e até a participar das reflexões e debates que internacionalmente se desenvolviam, estimulados principalmente pelas feministas francesas e anglo-saxãs e atravessados pelas idéias de Foucault, Lacan, Derrida e outros. Acredito, no entanto, que para grande parte das/dos estudiosas/os brasileiras/os a recorrência à Joan Scott ainda era — e é — feita sem maiores questionamentos.

O que pretendo aqui é, então, ensaiar um primeiro questionamento desse texto “chave”. Proponho-me a examinar os suportes teóricos que sustentam o trabalho de Joan Scott, buscando evidenciar suas aproximações com o pós-estruturalismo e as implicações políticas e pedagógicas dessa abordagem. Certamente não tenho a pretensão de apresentar um estudo completo ou conclusivo. Afinal, à medida que me entreguei à tarefa, ela se mostrou mais complexa e ampla do que eu supunha. De uma parte, porque me exigiu não apenas retomar de modo novo muitas leituras já feitas, como também me obrigou a empreender novas, pela rede que os conceitos iam tramando (como pude sentir, então, que a significação está dispersa ao longo de uma cadeia interminável!). De outro lado, a tarefa foi difícil porque freqüentemente me desconfortava, ameaçando, desafiando ou mesmo abalando algumas de minhas “escoras” intelectuais. Por tudo isso, penso que esse estudo pode ser entendido como um primeiro ensaio que, espero, mereça ser continuado.

Para dar conta dessa tarefa parece-me que o primeiro passo deverá ser uma retomada, ainda que sintética, do texto de Joan Scott.

Gênero como “categoria útil de análise histórica”

Algumas vezes me questioneei sobre a importância atribuída, em nosso meio, ao texto de Joan Scott, tentando perceber se essa importância seria de algum modo localizada, ou compartilhada mais amplamente por outras/os estudiosas/os. Kathleen Canning (1992) dá algumas indicações sobre isso, quando, examinando a “virada lingüística” na história feminista, diz:

“A historiadora Joan W. Scott colocou um desafio fundamental à profissão histórica com o seu ensaio pioneiro de 1986, “Gender: a useful category of historical analysis”. Esse artigo, juntamente com sua coleção de ensaios Gender and the Politics of History (1988), marcou e teorizou a substituição da História das Mulheres para a História de Gênero, que estava em andamento por algum tempo, e convocou os/as historiadores/as do assim chamado main-

stream a considerar gênero como uma categoria essencial de análise histórica. Ao introduzir teoria pós-estruturalista na História das Mulheres/de Gênero, Scott assentou os fundamentos para uma reinterpretação crítica de conceitos tais como experiência, agência e identidade e colocou gênero no coração das nascentes discussões históricas do pós-estruturalismo. Ainda que História das Mulheres/História de Gênero preparasse o terreno em muitos aspectos para a virada lingüística, as respostas freqüentemente cáusticas ao desafio de Scott deixam claro que este é também um campo no qual os riscos do debate são particularmente altos “(p.372).

O artigo parece ter tido, então, uma repercussão não apenas entre as/os estudosas/os brasileiras/os, mas também na comunidade acadêmica onde foi gestado. E uma repercussão polêmica, o que acrescenta uma motivação a esse estudo. Vamos então a ele.

O texto pode ser lido como sendo constituído por duas partes. Na primeira, a autora, após algumas considerações sobre a emergência do conceito de gênero (em parte repetidas por mim na introdução), afirma que pesquisadoras feministas com uma visão política mais global apelavam regularmente às categorias de *classe, raça e gênero* para “a escrita de uma nova História”. Ela procura demonstrar, então, a busca que historiadores/as feministas vêm fazendo “para encontrar formulações teóricas utilizáveis” (embora lembre que nós, historiadores/as, costumamos “estar mais a vontade com a descrição do que com a teoria”). Passa a examinar algumas dessas abordagens: desde as “essencialmente descritivas”, portanto que apenas se referem à existência dos fenômenos sem interpretá-los, até aquelas que elaboram teorias sobre a natureza desses fenômenos. Dedicar a seguir algumas páginas para, resumidamente, examinar os principais argumentos de três correntes: a do feminismo radical (a posição das teóricas do patriarcado), a do feminismo marxista e a do feminismo de orientação psicanalítica (aqui distinguindo as abordagens da escola anglo-americana e a da escola francesa, lacaniana). Sobre cada uma dessas perspectivas Scott traça alguns comentários críticos referindo-se, especialmente, aos seus limites para o trabalho do/a historiador/a. Em algumas dessas críticas, ela vai acentuar que o antagonismo sexual é freqüentemente apresentado como tendo uma dimensão eterna, a-histórica e essencialista; para dizer, em seguida:

“Temos necessidade de uma rejeição do caráter fixo e permanente da oposição binária, de uma historicização e de uma desconstrução genuínas dos termos da diferença sexual. Devemos nos tornar mais auto-conscientes da distinção entre nosso vocabulário analítico e o material que queremos analisar. Devemos encontrar formas (mesmo que imperfeitas) de submeter sem cessar nossas categorias à crítica, nossas análises à auto-crítica. Se utilizamos a definição de desconstrução de Jacques Derrida, essa crítica significa analisar, levando em conta o contexto, a forma pela qual opera qualquer oposição binária, revertendo e deslocando sua construção hierárquica, em lugar de aceitá-la

como real ou auto-evidente ou como fazendo parte da natureza das coisas”
(1995, p.84).

Num segundo momento do texto, Joan Scott introduz o que ela denomina de sua “definição de gênero”, dizendo que “o núcleo central” dessas definições “repousa numa conexão integral entre duas proposições”:

“O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.”

Desenvolvendo essas proposições (sempre em relação à sua potencialidade para os/as historiadores/as), a autora dirá que “como elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos”, o gênero implicaria os símbolos culturalmente disponíveis numa sociedade que “evocam representações simbólicas (e com frequência contraditórias)”; os conceitos normativos, ou seja, as doutrinas (religiosas, educativas, jurídicas, políticas, científicas, etc.) que “expressam interpretações dos significados dos símbolos”; as instituições sociais, a organização social e econômica (o que inclui o mercado de trabalho, a educação, o sistema político, etc.); as identidades subjetivas, “as formas pelas quais as identidades generificadas são substantivamente contruídas” pelos sujeitos (1995, p.86).

Com referência à segunda proposição de sua definição, ela parece desejar evidenciar que gênero é um campo/domínio primário “no interior do qual, ou por meio do qual o poder é articulado”, além de ser um domínio persistente e recorrente de poder na história ocidental. Scott lembra que os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social. Ser do gênero feminino ou do gênero masculino leva a perceber o mundo diferentemente, a estar no mundo de modos diferentes — e, em tudo isso, há diferenças quanto à distribuição de poder, o que vai significar que o gênero está implicado na concepção e na construção do poder.

Portanto, segundo essa autora, o gênero seria um campo no qual foi e é vivida a História, e, para os/as historiadores/as, um elemento que pode provocar não só novas questões, mas novas respostas para velhas questões, além de colocar como ativos e visíveis sujeitos que usualmente têm estado escondidos nas análises mais tradicionais.

Como historiadores/as estamos interessados/as nas transformações, continuidades e descontinuidades; enfim a idéia de dinâmica social precisa ser incorporada nessa reflexão. Scott aponta então algumas possíveis origens para que as mudanças se operem (como revoltas políticas de massa, crises demográficas, ou a emergência de novos símbolos culturais, entre outras), situações que podem “revisar os termos” e a “organização” do gênero, mas que podem igualmente, segundo ela, também servir para reafirmar — sob formas novas — as mesmas

disposições e concepções dos gêneros. Diz, então:

“Nós só podemos escrever a história desse processo se reconhecermos que “homem” e “mulher” são ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes. Vazias, porque não têm nenhum significado último, transcendente. Transbordantes, porque mesmo quando parecem estar fixadas, ainda contêm dentro delas definições alternativas, negadas ou suprimidas” (1995, p.93).

Ao longo de todo seu texto, Joan Scott faz aplicações de suas reflexões à História, tanto apresentando estudos de diferentes autoras/es que caminham nessa direção, quanto sugerindo novas abordagens em terrenos pouco explorados, como o da História Política. Enfim, ela busca argumentar e demonstrar que o gênero é uma categoria útil de análise histórica e que essa categoria, articulada às categorias de classe e raça, deve ser integrada às pesquisas.

Penso que não seria necessário dispender um grande esforço de convencimento para estender essas idéias para a História da Educação. Afinal o que distingue, ou melhor, o que caracteriza a atividade do/a historiador/a da educação? A pergunta, embora pareça retórica, ocupou (talvez ainda ocupe) alguns/mas pesquisadores/as da área², que, coletivamente, rejeitam fortemente a idéia de que “fazer” História da Educação possa se resumir em construir “panoramas históricos” (muitas vezes justapondo uma série de informações), mas sim vêm afirmando sua identidade como resultante de uma *prática de historiadores* — na qual se articulam questões, teoria histórica, fontes e procedimentos metodológicos. Essa posição supõe a História da Educação como uma especialização da História (não no sentido de um estreitamento, mas sim na direção de pensar que ela tem de se “nutrir” das discussões teórico-metodológicas do campo da História). Clarice Nunes (1993, p.26) afirma que a História da Educação como especialização da História não deve significar uma “refutação da Pedagogia”, mas antes que esse “é um deslocamento que cria um novo ângulo de apreensão das questões pedagógicas, saturadas de historicidade”.

Penso então que, como historiadoras/es da educação, não podemos ignorar os debates que mobilizam os/as historiadores/as em geral. A “entrada” do gênero nesse debate teórico precisa portanto ser também por nós refletida.

Em trabalho anterior, procurei desenvolver uma argumentação nessa direção ao propor “Uma leitura da História da Educação na perspectiva do gênero” (Louro, 1992). Procurei acentuar que a História da Educação que se produz no Brasil é usualmente escrita no masculino, ou seja, “refere-se aos alunos, aos operários, aos professores, aos adultos, etc., ou utiliza termos genéricos, como *a classe trabalhadora, a elite brasileira, a burguesia, o professorado, o movimento sindical*”... Sei que alguns podem pretender estar fazendo assim “uma leitura mais geral e generalizável dos fenômenos” — o que sem dúvida é extremamente enganoso, já que aí se desprezam as complexas diferenciações existentes dentro desses grupos. Outros procuram argumentar que o que se tem

produzido é uma História da Educação dos homens, e também não concordo com tal afirmação. O que essa história parece revelar, na minha opinião, é uma desatenção à questão (usa-se o masculino genérico, mas lida-se de fato com sujeitos sem corpo, sem cor, sem gênero). Assim acredito que, ao contrário do que alguns pensam, “se temos poucos trabalhos sobre a *educação de meninas e mulheres*, talvez tenhamos ainda menos estudos sobre a formação de *meninos e homens*” (Louro, 1992, p. 62).

Ao trabalhar na perspectiva que se anuncia, temos, então, que estar atentas/os para o fato de que os processos de construção de gênero, raça e classe não só se interferem mutuamente como também não são resultado de uma “imposição unilateral pela sociedade”. No mínimo duas objeções se poderia fazer a essa idéia: por um lado, ao dizer imposição *da* sociedade, está-se, de algum modo, tomando essa sociedade como um todo (homogêneo?), ou, pelo menos, está-se escondendo sua multifacetada constituição; por outro lado, atitudes, práticas, valores, habilidades, comportamentos, conhecimentos socialmente transmitidos ou inculcados pelas diferentes instâncias sociais não são simplesmente “internalizados” pelos sujeitos, sem que esses “aceitem, rejeitem, contestem, adaptem, enfim sem que, de múltiplas formas, eles participem desse processo” (Louro, ob. cit.). Ao/à historiador/a interessa notar que não há uma posição única, consensual e harmoniosa que a sociedade como um todo supõe ser a adequada para ser transmitida, ensinada ou inculcada. De fato proposições diferentes, conflitantes, muitas vezes contraditórias (entre e intra grupos sociais — ainda que aparentemente homogêneos) estão presentes na sociedade, e podemos correr o risco, como lembra Joan Scott, de registrar como única ou consensual a posição que foi vitoriosa em determinado momento.

Para historiadores/as da educação, certamente são importantes esses processos. Recorro aqui a Bourdieu (1995) quando, ao discutir a dominação masculina e o que chama de “somatização das relações de dominação”, afirma que não é possível dar conta da violência simbólica — uma dimensão de toda dominação e portanto presente na dominação masculina — “sem fazer intervir o *habitus* e sem colocar, ao mesmo tempo, a questão das condições sociais das quais ele é o produto”. É exatamente aí que ele vai lembrar

“o trabalho de formação que se realiza, seja através da familiarização com um mundo simbolicamente estruturado, seja através de um trabalho de inculcação coletivo, mais implícito do que explícito, do qual fazem parte principalmente os grandes rituais coletivos, e pelo qual se opera uma transformação durável dos corpos e da maneira usual de usá-los” (p.142).

Esse trabalho de formação inclui, portanto, não apenas as instituições e práticas explicitamente organizadas com essa intenção, mas, sem dúvida, todas as diversas práticas sociais que “educam” os sujeitos, implícitas na divisão/distribuição dos espaços físicos e do tempo, na vestimenta, na estética, etc., ou

explicitadas nas normas sociais, nas doutrinas religiosas, jurídicas, educacionais ou políticas. E certamente esse é o campo mais amplo do/a historiador/a da educação, não mais preocupado, exclusivamente, com a pedagogia e as práticas escolares.

Portanto, estendendo a argumentação de Joan Scott, penso que podemos concordar que gênero é uma categoria útil para a História da Educação. Uma categoria que, articulada às categorias de raça e classe (pelo menos), pode nos ajudar a propor novas questões, rever antigas formulações, tornar visíveis sujeitos e processos até então ignorados... Mas uma categoria que, pensada em sua radicalidade, talvez também ponha em questão muitas de nossas certezas e nos obrigue a revolucionar nosso modo de “fazer” História. Para tentar melhor compreender as potencialidades e limites dessa perspectiva de análise parece-me importante observar o contexto teórico do qual ela é fruto.

O encontro com o pós-estruturalismo

Não podemos ignorar a contemporaneidade dos movimentos feministas e pós-estruturalistas, e talvez devamos refletir um pouco sobre essa contemporaneidade, não a tomando, inocentemente, como uma simples coincidência. Terry Eagleton afirma: “O pós-estruturalismo foi produto dessa fusão de euforia e decepção, libertação e dissipação, carnaval e catástrofe, que se verificou no ano de 1968” (Eagleton, 1983, p.152).

O feminismo que renasce nos anos 60 também traz muitas dessas marcas. Talvez para alguns tenha ficado mais presente a imagem (muitas vezes estereotipada) das primeiras manifestações públicas e ruidosas, denunciando a opressão das mulheres. Mas certamente ali se poderia perceber carnaval e euforia, desencanto e desejo de transformação. As construções teóricas que se seguem e se articulam a esse movimento social trazem também muito da decepção com as “grandes” teorias, por sua ausência de resposta às questões feministas.

Um olhar mais atento vai nos revelar, então, que, na raiz de alguns dos questionamentos que feminismo e pós-estruturalismo (em si mesmos correntes não homogêneas internamente) colocam às chamadas grandes teorias, estão críticas semelhantes. Colocavam-se em xeque, naquele momento, não apenas “as estruturas de poder”, “o sistema capitalista”, mas também os projetos de “luta global” e as “teorias universais críticas” que pretendiam dar conta do entendimento “da sociedade como um todo”.

Se para os movimentos feministas já se tornara claro que as mulheres enfrentavam (e enfrentam) discriminação e dominação em diferentes instâncias sociais — o que levava à concepção da luta em múltiplas frentes —, para os pós-estruturalistas também parecia mais coerente a idéia do poder como disperso e cambiante e não originário de uma única fonte. O feminismo permitia-se rever

e inaugurar metodologias e procedimentos de investigação: revalorização da história oral, estudos do cotidiano, registros de experiências, abandono da pretensão de pesquisa desinteressada, proposta de métodos originais (utilizando diários de grupo, “conversas”, dramatizações, “genealogias”, etc). O feminismo buscava tirar do plano inferior da irracionalidade (como haviam sido relegados pela moral racional moderna), os “sentimentos”, “o desejo”, “a empatia”, “a afetividade” — todos elementos que, como lembra Bila Sorj (1992), são considerados ligados às mulheres, entendidos como restritos à esfera doméstica e, portanto, como necessariamente excluídos da esfera pública e das instituições políticas.

O pós-estruturalismo, por seu lado, trazia para o centro das atenções o discurso, provocando uma “virada lingüística”, ou seja, afirmando que a linguagem não seria propriamente uma representação da realidade feita pelos sujeitos, mas sim constituidora dos sujeitos e da realidade. O pós-estruturalismo trazia também, pelo menos através de uma de suas importantes vertentes, a proposta de “desconstrução” dos princípios fundantes sobre os quais se construíam os tradicionais sistemas de pensamento. Considerando tais sistemas como metafísicos, iria tentar desconstruir as “oposições binárias” que os sustentavam. Essa proposta talvez pudesse permitir uma abordagem muito mais radical a uma das oposições binárias mais solidamente instaladas no pensamento e na prática ocidental, ou seja, a oposição homem/mulher, masculino/feminino, oposição essa entendida como natural e imutável, reveladora e desencadeadora de uma hierarquia aparentemente universal e eterna. Como lembra Terry Eagleton, o pós-estruturalismo indicava que esse conflito, embora historicamente real e longo, compreendia uma “ilusão metafísica”.

“Se ele (o conflito) era mantido pelas vantagens materiais e psíquicas que os homens obtinham dele, também o era por uma estrutura complexa de medo, desejo, agressão, masoquismo e ansiedade, que precisava urgentemente ser examinada. O feminismo não era uma questão isolável, uma “campanha” particular juntamente com outros projetos políticos, mas uma dimensão que informava e interrogava todos os aspectos da vida pessoal, social e política. A mensagem do movimento feminino, tal como interpretada por pessoas fora dele, não era apenas a de que as mulheres deviam ter igualdade de poder e de condição com os homens — era um questionamento desse poder e dessa condição. Não que o mundo se tornasse melhor com uma maior participação da mulher, mas sim que sem a “feminização” da história humana, é improvável que o mundo sobreviva” (Eagleton, 1983, p.161).

No entanto essas possíveis aproximações do feminismo e do pós-estruturalismo não podem nos levar a pensar numa identidade entre os dois movimentos, ou mesmo numa convergência “tranqüila”. Ao contrário disso, a utilização de instrumentos analíticos pós-estruturalistas pelo pensamento feminista foi — e é

— bastante polêmica. Não podemos esquecer que, na construção teórica do feminismo, há elementos que o fazem se identificar com as teorias sociais modernas, como a idéia de universalidade (especialmente nas vertentes que se inclinam por uma teoria geral da opressão das mulheres) e a proposição de uma utopia libertária, ou seja, a colocação de um ideal de emancipação feminina. Intensos debates podem, então, ser observados nos periódicos dedicados aos estudos da mulher e de gênero nos quais se examinam as possibilidades e as restrições da perspectiva pós-estrutural. Não são poucas/os as/os estudiosas/os feministas que rejeitam essa via por percebê-la como enfraquecedora dos esforços que vêm empreendendo para tornar visíveis os sujeitos dominados (no caso, as mulheres); outras/os estudiosas/os, contrariamente, “aderem” ao pós-estruturalismo por perceber nele uma potencialidade analítica e política de tipo novo; e há ainda aquelas/es que percebem nesse encontro uma articulação que levará a uma profunda transformação de ambos os movimentos (feminismo/pós-estruturalismo).

Para as/os historiadoras/es também não são poucas as questões que a perspectiva pós-estrutural vem colocar. A ênfase nas práticas discursivas, a descentração do sujeito, a rejeição das causas únicas, a idéia de um poder “capilar” que está infiltrado e fluido no tecido social, a consideração da diversidade e da pluralidade, a recusa às grandes narrativas, etc. certamente obrigam a rever muitos dos elementos fundantes da historiografia, a revisar questões e teorias, a ampliar a idéia de fontes, a questionar critérios de periodização, a recuperar ou reconstruir metodologias. E aqui novamente é possível afirmar que esse encontro não se dá sem resistências e contestações.

Por todas essas razões, quando uma historiadora feminista como Joan Scott propõe um novo olhar para a história, tal proposta vai provocar debates, adesões e críticas. Ela afirma, na introdução de seu livro *Gender and Politics of History* (1988a, p.1): “Fui forçada a tomar a teoria pós-estruturalista seriamente e a lutar com suas implicações para uma historiadora social”. Suas palavras denotam o peso dessa decisão; de um lado quando afirma que foi “forçada”, o que parece indicar que para uma estudiosa atenta às produções teóricas de seu tempo não seria possível simplesmente não levar em conta, negar, sem examinar, as potencialidades e limites da perspectiva pós-estrutural; por outro lado, quando diz que teve de “lutar com suas implicações”, sugerindo que era preciso reagir, interagir com essa perspectiva, ao invés de apenas incorporá-la; mais do que isso (e aqui chego ao ponto que é para mim também o mais significativo), sugerindo que era necessário analisar profundamente as implicações *políticas* que essa aproximação ao pós-estruturalismo poderia trazer para a perspectiva feminista (já que a opção pela construção de uma história das mulheres ou uma história das relações de gênero efetivamente não pode ser entendida como neutra).

Em inúmeras passagens do texto de Scott que aqui de modo muito breve sintetizei, é possível perceber a aproximação referida. Não deve ter escapado

ao/a leitor/a atento/a que ela propõe “a rejeição do caráter fixo e permanente da oposição binária”, fala em “desconstrução dos termos da diferença sexual”, acena para um poder plural, subscreve a idéia de que homem e mulher são “categorias vazias e transbordantes”, portanto não fixas, e ainda demonstra preocupação muito evidente com o “vocabulário analítico” e a necessidade de “submeter sem cessar nossas categorias à crítica”, etc. Enfim, em muitos momentos parece ser flagrante sua aproximação ao pós-estruturalismo, ainda que ela não tenha se preocupado (e porque deveria fazê-lo?) em auto-classificar sua proposta teórica. No livro *Gender and Politics...* (1988a), no entanto, ela não só indica mais explicitamente suas opções, como justifica-as em relação à sua trajetória de historiadora feminista. Diz ela:

“Uma política feminista mais radical (e uma história feminista mais radical) parece-me exigir uma epistemologia mais radical. Precisamente porque coloca questões de epistemologia, relativiza o status de todo conhecimento, liga conhecimento e poder, e teoriza-os em termos de operações de diferença, penso que o pós-estruturalismo (ou, ao menos, algumas das abordagens geralmente associadas a Michel Foucault e Jacques Derrida) pode oferecer ao feminismo uma perspectiva analítica poderosa. Não estou sugerindo a aplicação dogmática dos ensinamentos de qualquer filósofo particular e estou ciente das críticas feministas a eles. Todavia quero indicar os locais onde e os caminhos pelos quais, para mim, as aberturas dadas pelas novas direções intelectuais se mostraram não apenas promissoras, mas frutíferas” (p.4).

Joan Scott não elude, nesse texto introdutório, os problemas que encontrou para transpor os estudos nascidos no campo da teoria literária para a história. E diz que viveu tais problemas “não apenas como temas abstratos, mas intensamente como questões de identidade profissional e política”. Talvez por isso, tenho dúvidas se seu texto resistiria a um escrutínio mais acurado com relação a uma “fiel” compreensão ou aplicação das proposições de Foucault e Derrida (já que essas são as vertentes que lhe pareceram mais férteis). No entanto, essa não é minha proposta. Em primeiro lugar, porque não me atribuo competência para realizar tal escrutínio, e, em seguida, porque tenho dúvidas se essa atividade estaria dentro do “espírito” do pós-estruturalismo. O que parece ter mobilizado Joan Scott em direção a essas vertentes teóricas foi a busca de instrumentos analíticos mais capazes de desfazer o que ela entendia como um impasse na história das mulheres (cuja produção não parecia estar tendo o impacto esperado, não parecia estar afetando os paradigmas tradicionais); foi a preocupação de encontrar recursos epistemológicos mais radicais e, ao mesmo tempo, colocá-los em consonância com sua posição de historiadora feminista. Sua aproximação ao pós-estruturalismo parece ter implicado, então, em seleção, adaptação e aplicação das idéias dos filósofos citados. Por tudo isso, penso que muitas abordagens poderiam ser feitas ao texto na tentativa de responder à tarefa que

me propus, ou seja, a de apontar as contribuições e as implicações dessas vertentes teóricas. Contudo, pela centralidade que o processo de desconstrução e o conceito de poder me parecem ter em sua proposta do “gênero como categoria útil de análise histórica”, decidi examiná-los um pouco mais demoradamente.

A desconstrução da oposição de gênero

Em vários momentos Joan Scott refere-se à desconstrução como um instrumental teórico fértil para os estudos feministas. Em seu texto há, no entanto, mais uma análise das potencialidades do processo do que propriamente sua conceituação, ou mesmo uma exposição de como a desconstrução pode ser empreendida. Ficamos então sabendo que o processo de desconstrução atua sobre as “oposições binárias”, mais especificamente, sobre as oposições ligadas às diferenças entre os gêneros. Portanto entendemos que a desconstrução trabalha sobre a diferença, ou, como diz Barbara Johnson (apud Scott, 1988b, p. 38), a “desconstrução é crucialmente dependente da diferença”.

Como vimos antes, o pós-estruturalismo, em especial Jacques Derrida, considera que o pensamento ocidental é metafísico e que opera sobre a base de princípios fundantes, geralmente expressados pela ordenação, ou melhor, hierarquização de pares opostos. Nessa tradição, estamos preocupados com a origem ou com a finalidade últimas. Embora desconfiando da possibilidade de abandonarmos essa lógica de pensar, especialmente a possibilidade de abandonarmos o jogo das dicotomias (do bom/mau, presença/ausência, unidade/diversidade, etc.), Derrida afirma que esses princípios podem ser “desconstruídos”.

Tais oposições binárias repousariam, na verdade, na idéia de oposição e de identidade. Ao mesmo tempo em que elas indicam que os dois pólos diferem e se opõem, elas afirmam que cada um é idêntico a si mesmo. Talvez seja aqui necessário lançar mão do conceito de *différance*³, neologismo cunhado por Derrida. Ele lembra que a palavra vem do latim *differre*, ou diferir, e que tem dois sentidos: um deles, que é mais comum em nossa linguagem cotidiana, significaria não ser idêntico, ser outro, ser discernível; noutro sentido, diferir significa a “ação de remeter para mais tarde”, significa um “desvio, uma demora, um retardamento”, ou, numa palavra, “temporização”. Diz ele:

“Diferir, nesse sentido, é temporizar, é recorrer, consciente ou inconscientemente, à mediação temporal e temporizadora de um desvio que suspende a consumação e a satisfação do “desejo” ou da “vontade”, realizando-o de fato de um modo que lhe anula ou modera o efeito” (Derrida, s.d., p.35).

Assim, pensando junto com Derrida, um termo da oposição difere do outro tanto no sentido de que não é idêntico, como no sentido de que “suspende a

consumação” do outro. Talvez fosse então possível dizer que, na oposição dos gêneros (homem X mulher), há diferença enquanto gêneros distintos; mas também há diferença no sentido de que um gênero desvia, adia ou suspende a consumação do outro. Terry Eagleton expõe de modo interessante essa idéia. Diz ele:

“A mulher é o oposto, o “outro” do homem: ela é o não-homem, o homem a que falta algo, a quem é atribuído um valor sobretudo negativo em relação ao princípio primeiro masculino. (...) A mulher não é apenas um outro ser, no sentido de alguma coisa fora de seu alcance, mas um outro intimamente relacionado com ele, a imagem daquilo que ele não é e, portanto, uma lembrança essencial daquilo que ele é. Assim o homem precisa desse outro, mesmo que o despreze, e é obrigado a dar uma identidade positiva àquilo que considera como não-coisa, como nada. (...) Talvez ela represente um signo de alguma coisa no homem que ele precisa reprimir, expulsar para além de seu próprio ser, relegar a uma região seguramente estranha, fora de seus próprios limites definitivos. Talvez o que esteja de fora também esteja, de alguma forma, dentro, talvez o que seja estranho seja também íntimo — de sorte que o homem precise policiar com atenção a fronteira absoluta entre as duas esferas, porque ela pode ser sempre atravessada, sempre foi atravessada e é muito menos absoluta do que parece” (Eagleton, 1983, p.143).

Entendo que essa longa citação se justifica pois nela estão indicados os elementos que me parecem mais importantes para uma compreensão das oposições binárias e também indicativos dos apoios para a desconstrução. Com o exemplo da oposição entre os gêneros, Eagleton nos ajuda a perceber que um pólo não apenas depende do outro, mas, em certa medida, também contém o outro, de modo reprimido, desviado, procrastinado. A interdependência desses termos deveria ser entendida como indicando que um deriva seu sentido do outro e que essa oposição é *construída* e não inerente. Também podemos notar que usualmente se apresenta primeiro o termo que é prioritário, que lidera, em relação ao qual o outro difere — e por isso é *o outro*. (É fácil lembrar aqui das referências sobre as mulheres nos estudos acadêmicos não feministas, onde, conforme mencionei anteriormente, elas aparecem como “grupo desviante”, em relação à regra, que é masculina). A função da educação — tomada em seu sentido amplo — também pode ser aqui reconhecida: ela é importante peça nesse trabalho de repressão, de desvio ou de estranhamento, em cada um dos gêneros, daquelas características que são atribuídas ao outro.

A citação de Eagleton também já nos dá alguns elementos para compreendermos a proposta da desconstrução. O procedimento seria exatamente de “desmontar a lógica” das operações binárias, e, a partir daí, desconstruir a lógica dos sistemas tradicionais de pensamento. Pode haver um processo de reverter e deslocar os termos, para demonstrar que cada um está presente no outro, bem como evidenciar que tais oposições são historicamente construídas.

Um outro aspecto valeria a pena ser notado. Nesse pensamento está suben-

tendida uma identidade em cada um dos termos, ou seja, não se põe em questão as diferenças no interior de cada pólo. Assim quando opomos homem/mulher, lidamos com categorias essencializadas, ignorando as profundas distinções que existem entre os homens ou entre as mulheres. Em termos do movimento feminista, essa posição também teve — e fortemente — seu espaço; isto é, falou-se (e, em certa medida, ainda se fala) no “ser mulher” como se todas as mulheres o fossem de modo idêntico. Note-se que não estou aqui me referindo a características biológicas semelhantes, mas sim a uma visão singular do gênero feminino, sem que se reconheçam as diferenças marcadas pelas distintas raças, etnias, religiões, classes sociais, idades, etc. (Nos Estados Unidos, serão as mulheres não brancas — “colored women” — que vão contribuir para pôr em xeque a suposição de uma condição feminina universal, levada pelo movimento feminista — de mulheres brancas e de classe média — em sua primeira fase). Assim, ao tentar a desconstrução da oposição, temos também que desconstruir a idéia de identidade que nela está suposta e da qual ela (oposição) depende.

Quando nos propõe que rejeitemos o “caráter fixo e permanente” da oposição entre os gêneros, Joan Scott chama atenção para os limites que essa tradição traz às/aos historiadoras/es sensíveis ao pensamento feminista. Scott nos leva a pensar que, ao nos mantermos na perspectiva tradicional, acabamos por escrever uma história (e, acrescento, uma história da educação) onde a relação de oposição entre os gêneros (homem/dominante X mulher/dominada) aparece sempre repetida e permanente, apenas “ilustrada” por circunstâncias ou eventos diferentes. A desconstrução dessa oposição (o que implica também no reconhecimento que ela é construída e não imutável) nos tornaria muito mais “livres” para inventar e reinventar questões e respostas originais.

Essa proposta não é, obviamente, neutra, e está implícito aí, na perspectiva de Scott, o reconhecimento de um potencial político. Assim, em outro trabalho (1988b), ela vai aplicar esse procedimento desconstrutivo sobre um dos mais importantes dilemas do pensamento feminista, ou seja, o conflito “igualdade X diferença”. Em suas lutas, feministas dos mais diversos recantos têm se dividido em relação a esses dois pontos: a reivindicação da igualdade (em relação aos homens) e a afirmação da diferença das mulheres. De certo modo, também se poderia ver, nessas duas posições, dois momentos do movimento feminista (inicialmente marcado pela busca de igualdade de direitos, de salários, de oportunidades, etc.) e, posteriormente, carregado de uma valorização da diferença, ou seja, da afirmação de um ser feminino (escorregando para um essencialismo). Consecutivas ou não, o fato é que essas duas posições (ou duas estratégias) ainda embaraçam as feministas. O que Scott vai fazer é, inicialmente, demonstrar que essa dicotomia cria uma escolha impossível. Ela lembra que não se pode desistir da “diferença”, já que essa foi uma das mais importantes e criativas ferramentas analíticas do feminismo, nem tampouco desistir da igualdade, na medida em que nos referimos a princípios de ordem política. Há

que romper com a necessidade de pensar e agir forçosamente dentro dessas categorias tais como nos são dadas. Conforme ela argumenta, a noção política de igualdade pressupõe a diferença, já que não teria sentido buscar ou reivindicar igualdade para sujeitos que fossem idênticos, ou os mesmos. O igualitarismo, então, “pressupõe um acordo social para considerar pessoas obviamente diferentes como equivalentes (não idênticas) em relação a um dado propósito. Nesse sentido, o oposto da igualdade é desigualdade ou inequivalência...” (p.44). No desenvolvimento de seu raciocínio, Scott vai dizer

“Não é identidade entre homens e mulheres que queremos reclamar, mas uma diversidade historicamente variável mais complexa do que aquela que é permitida pela oposição macho/fêmea, uma diversidade que é também diferentemente expressada para diferentes propósitos em diferentes contextos. Na verdade, a dualidade criada por essa oposição traça uma linha de diferença, investe-a com explicações biológicas, e então trata cada lado da oposição como fenômeno unitário.(...) Em contraste, nossa meta é ver não somente diferenças entre os sexos, mas também o modo como essas trabalham para represar as diferenças dentro dos grupos de gênero. A identidade construída em cada lado da oposição binária esconde o múltiplo jogo de diferenças e mantém sua irrelevância e invisibilidade” (p.46).

As implicações desse raciocínio para a educação e para a história da educação parecem-me bastante significativas, já que, ao sermos capazes de questionar a polaridade homem/mulher, ou melhor, ao sermos capazes de desconfiar de sua naturalidade, poderíamos, provavelmente com maior facilidade, perceber seus processos históricos de construção e, em particular, o papel das diversas instâncias e práticas educativas nessa construção. Além disso, todo o processo desconstrutivo poderia — pelo menos assim seria de esperar — levar-nos a examinar as diferenças socialmente construídas também no interior de cada um dos pólos, ou seja, poderíamos talvez perceber que ações educativas empreendidas na distinção entre os gêneros algumas vezes mascaram diferenças intra gênero.

Por fim, ainda conseqüente a essa explicação (com referência ao dilema igualdade X diferença), Scott vai lembrar que, enquanto nos mantivermos argumentando dentro dessa oposição, estaremos contribuindo para fortalecer a premissa conservadora de que já que as mulheres não podem ser idênticas aos homens em todos os aspectos, elas não podem ser iguais a eles.

É importante notar que, como lembram vários/as estudiosos/as, o propósito da desconstrução não é reverter as oposições binárias (não se trata de colocar como pólo primeiro a mulher, fazendo do homem, o outro), mas sim é *problematizar* a própria oposição binária, colocando em questão tanto a noção de oposição quanto a noção de identidade que nela estão contidas. Por outro lado, é interessante pensar que não há uma “fórmula” para se realizar essa operação. Em entrevista a uma revista feminista, disse Derrida (1991):

“Um discurso é tanto mais desconstrutivo quanto menos se refere à desconstrução como um método geral. A desconstrução não é um método, não é um sistema de regras ou de procedimentos. Há regras limitadas, se se quiser, recorrências, mas não há uma metodologia geral da desconstrução. O jogo desconstrutivo deve ser, na maior medida possível, idiomático, singular, deve ajustar-se a uma situação, a um texto, a um corpus, etc., e no que respeita aos textos “feministas” (entre aspas) ocorre o mesmo. A relação entre ditos textos e a desconstrução é dessa índole. Não se trata de aplicar a desconstrução ao feminismo. (...) Em certo modo, toda crítica do falocentrismo⁴ é desconstrutiva, toda desconstrução comporta um elemento feminista” (p.27).

Do seu ponto de vista, Derrida duvida da aplicação da desconstrução ao feminismo, acreditando que usualmente o que se faz é inverter a “hierarquia falocêntrica”. No entanto, ele também reconhece que o processo desconstrutivo desestabiliza a hierarquia contra a qual a crítica feminista se dirige. Talvez não seja tão importante discutir sobre a crença ou não de Derrida na utilização de seu instrumental analítico pelas feministas, mas voltar a ver como essas (em especial a historiadora Joan Scott) aproveitam ou incorporam as idéias do filósofo.

Acredito que se pode pensar, a partir do incitamento de Scott à desconstrução, que esse instrumento permitiria desmontar um ponto basicamente intocável na organização e percepção das sociedades, ou seja, a oposição homem/mulher. Essa oposição (com sua implicação de hierarquização entre os termos) tem determinado os arranjos sociais de inúmeras sociedades, de tal modo que acabou por ser pensada como universal e até mesmo trans-histórica. Mais ainda, o que quero aqui salientado é que não apenas diferentes sociedades operam com a oposição binária do masculino/feminino, como também que nós, historiadoras/es, pensamos e teorizamos dentro desse mesmo esquema; assim fazemos, nossos estudos são, na maior parte das vezes, uma confirmação da oposição.

A “esperança” das feministas na aplicação da desconstrução à oposição homem/mulher é exatamente de romper com a “naturalidade” dessa oposição. É, como diz Mary Poovey (1988), “expor o ardid inerente em tais categorias como ‘natureza’ e gênero”. Para essa estudiosa, isso abriria a possibilidade de uma genuína prática histórica, já que se poderia analisar e desconstruir “as articulações e institucionalizações específicas dessas categorias, sua interdependência, e os processos desiguais pelos quais elas tem sido desenvolvidas e alteradas” (p.58). Quando Scott fala que a desconstrução pode ser uma ferramenta importante para os/as historiadores/as, penso que ela prevê ganhos que teríamos ao desestabilizar ou desarranjar algumas articulações que são feitas à oposição homem/mulher e que estão dadas, que são tomadas sem discussão.

Quando nos permitimos pensar que a categoria homem é distinta da categoria mulher, mas que também, ao mesmo tempo, contém e reprime essa última,

passamos a empregar a mesma lógica para outros pares de conceito, tais como, público/privado, produção/reprodução, cultura/natureza, pares que têm sido articulados e emparelhados a essa oposição binária. (Cito esses porque me parecem dos mais recorrentes em nossos estudos, mas muitos outros poderiam ser lembrados). Esse processo talvez nos leve a pensar de um modo mais denso que as definições de homem e mulher, do masculino e do feminino são efetivamente *construções históricas* e não um simples reflexo de um fato biológico.

Na entrevista de Derrida a que antes me referi, ele, ao responder sobre a possibilidade de desconstrução de seus próprios textos, afirma que esses não têm um ponto central a partir do qual se desconstruiria todo um sistema (aliás outro termo que também não pode ser atribuído ao seu pensamento). Diferentemente do pensamento derrideano, as grandes teorias que vimos trabalhando têm pontos nucleares sobre os quais se poderia aplicar estratégias desconstrutivas. Com relação aos estudos sobre gênero — e, no caso específico, à proposta de uma história da educação nessa perspectiva — acredito que a oposição homem/mulher ocupa, sem dúvida, o lugar central, a partir do qual articulações e conseqüências são deduzidas (de certa forma são entendidas como derivadas). Assim provavelmente ganharíamos se fôssemos capazes de romper com o caráter fixo dessa oposição. Na proposta de Joan Scott estaria, então, suposta essa lógica desconstrutiva, o que poderia, talvez, nos levar não apenas a desconstruir a oposição de gêneros, mas também (ao *construir* uma outra lógica) a pôr em questão outras oposições hierárquicas.

As relações de poder entre homens e mulheres

É, sem dúvida, central, dentro do texto de Scott e em sua definição de gênero, o conceito de poder. Ao iniciar essa seção, no entanto, o que me ocorreu imediatamente não foi seu texto chave, mas sim parte de um livro de outra historiadora feminista, Michelle Perrot, quando ela brinca com a polissemia da palavra e remete a uma distinção — baseada em parte no senso comum — entre poder e poderes. Diz ela que, no singular, poder teria uma conotação política, designando geralmente a figura central do Estado, supostamente masculina; enquanto que no plural ele se estilizaria “em fragmentos múltiplos”, nas “influências” difusas e periféricas, típicas das mulheres. Para Perrot: “Se elas não têm *o* poder, elas têm, diz-se, *poderes*” (1988, p. 167).

Certamente essa distinção não se ajusta ao entendimento foucaultiano de poder — que é, afinal, a conceituação proposta por Scott —, mas me ajuda a pensar um pouco (ainda que numa espécie de contracorrente teórica) sobre a questão do poder entre os gêneros. Michelle Perrot nos acena para algumas das referências tradicionalmente admitidas sobre essa divisão de poderes. Os homens teriam o poder de Estado, o poder político, o poder das decisões e do espaço

público, e as mulheres teriam os poderes informais, os poderes domésticos, dos bastidores, das influências, etc. Nessas imagens, então, ainda que de “naturezas” diferentes admite-se que os dois gêneros têm poder. Ainda na esteira de Perrot, não há como esquecer também que, desde tempos históricos muito antigos, a chamada civilização ocidental abriga mitos de mulheres poderosas, mulheres com poderes ocultos, perigosas⁵; e também atribui às mulheres poderes civilizadores.

Tendo, então, idéias como essas como referência (em consonância ou contra elas), produziu-se não somente uma história onde as mulheres estavam excluídas (a história mais tradicional, centrada nos heróis, nos eventos políticos e militares), como também se procurou, posteriormente, reverter a situação, escrevendo uma história *das mulheres*, denunciando seu submetimento ou tentando demonstrar seus poderes. A própria Michelle Perrot se reconhece (e, em certa medida, se critica) nessa última posição. Ela mesma acentua que o que se fez foi uma “inversão, uma subversão dos pólos”, lembrando que nesse tipo de produção histórica há uma insistência na “existência de uma esfera, de um ‘mundo das mulheres’ caracterizado pela sua sociabilidade, suas formas próprias de expressão, sua ‘cultura’ em suma”. Como a estudiosa conclui, isso corresponderia a uma espécie de “reavaliação eufórica da história das mulheres” e certamente teria suas fraquezas e riscos (p. 172).

A proposta de Joan Scott busca superar essa reversão de pólos, já que o que ela vai propor — ao sugerir que se trabalhe com gênero e não apenas com mulheres — será exatamente que se caminhe para observar as “relações” entre homens e mulheres ao invés de se tentar construir um novo gueto. É então no âmbito dessa proposição que se encontra e se articula o conceito foucaultiano de poder. Diz Scott (1995):

“... é preciso substituir a noção de que o poder social é unificado, coerente e centralizado por algo como o conceito de poder de Michel Foucault, entendido como constelações dispersas de relações desiguais, discursivamente constituídas em “campos de forças” sociais” (p.86).

Penso que uma das mais importantes distinções entre a conceituação que nos está sendo acenada e o conceito mais tradicional estaria exatamente no fato de que o que Foucault nos propõe é o entendimento do poder como uma *relação* e não como um elemento que se possui, ou se detém. Nessa perspectiva nosso olhar se dirige para as práticas ou para as relações de poder, que se estabelecem entre diferentes sujeitos sociais, e que podem ter, então, múltiplas direções. Não haveria assim um “lugar” privilegiado e fixo de poder, mas múltiplos lugares.

Para grande parte dos/as historiadores/as essa afirmação não é banal. O Estado como a fonte do poder e como representante máximo da classe dominante é, sem dúvida, uma idéia fortemente sedimentada na historiografia. O que Foucault vai propor, no entanto, é que pensemos no poder não como singular e

único, mas como uma rede que se desenvolveria de um modo “capilar” por toda a sociedade. Isso não significa deixar de perceber o Estado como exercendo poder sobre os indivíduos, mas significa perceber que há também muitas outras formas e fontes de poder que são socialmente exercidas e que se cruzam, algumas vezes se articulando ao poder do Estado, noutras a ele se contrapondo ou contrapondo-se entre si. Pensar em múltiplos lugares de poder também não significa o abandono da idéia de desigualdade entre grupos ou classes sociais, mas significa a não elevação da luta entre classes à posição de luta mestra ou de luta central. O que Foucault acaba por fazer, segundo entendo, é uma recolocação dessa disputa no conjunto de (e em articulação com) outras disputas.

Numa de suas obras mais conhecidas, *Vigiar e Punir* (1987), ele fala de uma “microfísica do poder”, para se referir à tecnologia política difusa que vai atuar sobre os indivíduos (sobre seus corpos). Diz, então:

“... o estudo dessa microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não se jam atribuídos a uma “apropriação”, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, que um privilégio que se pudesse deter; que lhe seja dado como modelo antes a batalha perpétua que o contrato que faz uma cessão ou uma conquista que se apodera de um domínio. Temos em suma que admitir que esse poder se exerce mais do que se possui, que não é o privilégio adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito do conjunto de suas posições estratégicas — efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados” (p. 29).

Em que essas idéias contribuem para a perspectiva de história proposta por Joan Scott? Numa primeira observação, parece-me que a admissão de múltiplas relações de poder na sociedade dá espaço para a compreensão (e integração) das disputas de poder entre os gêneros na construção da história. Com isso abandona-se tanto a centralidade da luta de classes — dos/as teóricos/as marxistas — quanto a centralidade da luta dos gêneros — das teóricas do patriarcado.

Por outro lado, a visão foucaultiana lembra que as relações de poder são sempre “tensas” e que mais se assemelhariam a uma “batalha perpétua” do que a “uma conquista”, remetendo portanto mais a processos, a práticas cotidianas do que a eventos acabados. Foucault ainda acentua, enfaticamente, os efeitos do poder, e não sua “posse”. Todas essas colocações parecem ser muito apropriadas para se pensar as relações que se estabelecem histórica e socialmente entre homens e mulheres.

Joan Scott diz ser o gênero um campo primário onde o poder é exercido, lembrando que ele não é o único campo, mas é, sem dúvida, “uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder no ocidente, nas

tradições judaico-cristãs e islâmicas” (Scott, 1995, p. 88). As relações de poder entre homens e mulheres, embora recorrentes, serão sempre carregadas de sentidos próprios de cada sociedade e de seu tempo. Além disso, temos de pensar que essas relações não se caracterizariam como de “mão única”, tanto porque o movimento se exerce nas duas direções entre os gêneros, quanto porque ele é atravessado por outras disputas, provenientes de outros “campos de força” que não o do gênero. Acredito que essa concepção pode ser importante para uma perspectiva feminista porque supõe, nos dois pólos da relação, sujeitos livres e capazes de agir e reagir.

Em um de seus últimos artigos, Foucault (1988) distingue uma relação de poder de uma relação de violência, lembrando que a primeira é “uma ação sobre a ação”, ou seja, a relação de poder não atuaria diretamente sobre o sujeito, mas sobre suas ações. Diz ele:

“Uma relação de violência atua sobre um corpo ou sobre coisas: força, submete, quebra, destrói: fecha a porta a toda a possibilidade, e se tropeça com qualquer outra resistência não tem mais opção do que tentar minimizá-la. Por outro lado, uma relação de poder se articula sobre dois elementos, ambos indispensáveis para ser justamente uma relação de poder: que “o outro” (aquele sobre o qual esta se exerce) seja totalmente reconhecido e que se o mantenha até o final como um sujeito de ação, e que se abra, frente à relação de poder; todo um campo de respostas, reações, efeitos e possíveis invenções” (Foucault, 1988, p. 14).

Vale aqui lembrar da citação de Eagleton que fiz na seção anterior, quando tratava da oposição binária homem/mulher, ou seja, de que ainda que a mulher seja “o outro” do homem (e portanto aquilo que ele não é e que ele deve de algum modo desprezar), ele precisa atribuir-lhe uma “identidade positiva”; ao subordiná-la ele também reconhece que ela pode “afinal de contas, não ser um outro assim tão diferente” (Eagleton, ob.cit., p.143). As relações entre homens e mulheres podem então ser percebidas como relações de poder na medida em que sejam relações entre sujeitos livres e, portanto, que suponham resistências, respostas, reações, transformações. Isso não exclui que possa haver (e há) relações de violência entre homens e mulheres (como há entre homens e homens ou entre mulheres e mulheres). No entanto, no entendimento de Foucault, tais relações (como as que se dão entre um senhor e seu escravo) só se caracterizariam como práticas de poder quando os sujeitos que são submetidos pudessem eventualmente escapar dessa sujeição.

Parece-me que nesse caso é Foucault que promove uma desconstrução na oposição poder-liberdade, ou seja, ele não entende que esses dois pólos sejam excludentes, mas sim que eles de fato dependem um do outro (e contêm um ao outro). Para Foucault, “a liberdade pode muito bem aparecer como condição de existência do poder”. Ela não apenas é pré-condição, como “suporte permanente”

para o exercício do poder. Mais ainda, para ele, “se se subtraísse totalmente a liberdade do poder que se exerce sobre ela, este (o poder) desapareceria e deveria substituir-se pela coerção pura e simples da violência” (Foucault, 1988, p.16). Acho que também se poderia acrescentar que sem poder não existiria liberdade, já que essa só adquire sentido na medida em que se exercita em contraposição a ele.

A resistência está, então, intrinsecamente ligada ao poder e, assim como esse não tem um único lugar a partir do qual se exerça, o mesmo acontece com a resistência, que também se exercita desde múltiplos e diferentes pontos. Como diz Roberto Machado, na introdução de *Microfísica do Poder* (Foucault, 1979), “não existe propriamente o lugar de resistência, mas pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda a estrutura social” (p. XIV). Idéias sem dúvida identificáveis com as concepções feministas de lutas em diferentes frentes e com diferentes estratégias. Sobre essa questão, Teresita de Barbieri (1991) diz, citando Torres Arias, que “os lugares de controle das mulheres são também lugares de poder das mulheres”, para, a seguir, argumentar:

“Justamente porque não podem ser eliminadas, mas sim controladas — a capacidade reprodutiva, a capacidade erótica e a capacidade de trabalho das mulheres são exercidas por elas mesmas — são espaços sempre em conflito e em tensão. As mulheres podem, por fora e por detrás das normas e da ordem que aceitam, manipular, resistir, chantagear, desobedecer, dando a aparência de obediência e submissão” (p.38).

Em decorrência de sua conceptualização, Foucault vai propor que uma investigação se inicie perguntando *como* o poder se exerce, ou “o que acontece quando os indivíduos exercem seu poder sobre os outros”⁶. Um novo modo de investigação, para ele, consistiria então “em tomar como ponto de partida as formas de resistência contra os diferentes tipos de poder”, ou seja, seria a resistência que ajudaria a “pôr em evidência as relações de poder” (Foucault, 1988, p. 5). Tais colocações levam-me a pensar que possivelmente estaria aí uma outra forma de se fazer história — uma história a partir das resistências daquelas e daqueles que são usualmente dominados (mulheres, mas também camponeses, negros, minorias étnicas, etc). Uma história que, no entanto, não se limitasse a estudar esse grupo de modo isolado, mas nas suas relações com os outros.

Lembrando da oposição de poder entre homens e mulheres, Foucault vai mostrar que essa, como outras lutas sociais contemporâneas, é uma luta “transversal”, no sentido de que atravessa diferentes sociedades, e também uma luta “imediata”, já que aquelas/es nela envolvidas/os lutam contra um poder que está muito próximo, contra um inimigo imediato; nessa disputa, os sujeitos têm um horizonte que está presente e não transferido para um futuro distante. Ele afirma também que os objetivos dessa luta se referem, mais freqüentemente,

aos efeitos do poder, em especial àqueles efeitos “vinculados com o saber”. Nesse sentido, a luta entre os gêneros se insere numa disputa contra “os privilégios do saber” (Foucault, 1988, p. 6).

Voltamos assim, mais uma vez, a um ponto importante na proposição foucaultina: os efeitos do poder. Para Foucault esses efeitos teriam de ser compreendidos numa dimensão muito mais complexa do que a da repressão, dominação, manipulação ou submetimento. (O que na verdade ele entende como uma noção não apenas insuficiente, mas “perigosa”). Diz ele:

“... se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento, à maneira de um grande super-ego, se apenas se exercesse de modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo (...) e também a nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz. Se foi possível constituir um saber sobre o corpo, foi através de um conjunto de disciplinas militares e escolares. É a partir de um poder sobre o corpo que foi possível um saber fisiológico, orgânico” (Foucault, 1979, p. 149).

A idéia do poder como “produtivo” não é assim tão simples de ser assumida, muito especialmente por nós, historiadoras/es da educação, acostumadas/os a demonstrar o poder da escola enquanto aparelho ideológico do Estado, ou a evidenciar a dominação imposta por diferentes instituições sociais, etc. É possível observar que, mesmo quando as proposições de Foucault são aplicadas aos estudos históricos, geralmente elas o são apenas para demonstrar efeitos repressivos do poder disciplinar. No entanto, o que ele pretende mostrar é que o esquadrinhamento, a separação, o agrupamento, a distribuição, a hierarquização dos sujeitos — e aqui lembro em especial da educação dos meninos nos colégios jesuítas, seu exemplo sempre repetido nas pesquisas educacionais — não destróem o indivíduo, mas sim “o fabricam” (como diz Roberto Machado, in Foucault, 1979, p. XX). As múltiplas técnicas usadas pelas diversas instituições sociais, de modo particular, e, no que aqui nos interessa, nas escolas (ginásticas, exercícios, memorizações, repetições, filas, etc.), para adestrar corpos e almas, sem dúvida disciplinaram e moldaram esses sujeitos, reprimiram gestos, suprimiram expressões; também construíram posturas, comportamentos, movimentos e produziram consciência do próprio corpo — em homens e mulheres —; instituíram saberes e constituíram “verdades”.

É preciso pensar que todas essas ações se dão de modo diversificado segundo os gêneros, ou seja, se homens e mulheres estão envolvidos nessas múltiplas relações e, portanto, se ambos “sofrem” seus efeitos, temos de lembrar que elas são vividas de modos diferentes por cada um deles. Ser do gênero feminino ou masculino, como já vimos, implica em perceber e estar no mundo de modos diferentes, do ponto de vista concreto e simbólico — o que leva Joan Scott a dizer que há “um controle ou um acesso diferencial aos recursos materiais e

simbólicos” e que isso supõe entender que “o gênero torna-se implicado na concepção e na construção do próprio poder ...” (Scott, 1995, p. 88).

Quando, como historiadoras/es da educação, trabalhamos com a educação escolar, acredito que há ainda — e em especial — duas vertentes importantes para se pensar o poder: o Estado e a Igreja. Espaços que, conforme Foucault percebe, têm entre si ligações significativas. De um lado, porque a Igreja cristã, como ele acentua, pôs em funcionamento uma forma especial de poder — o poder pastoral (um poder que, além de outras peculiaridades, se exerce através do “conhecimento do pensamento interior” das pessoas, portanto pelo conhecimento e domínio de suas almas); por outro lado, porque o Estado moderno não só pode ser entendido “como uma nova forma de poder pastoral”, como também acaba por ser uma referência “a todas as outras formas de relações de poder” (Foucault, 1988, p. 8/9). Sendo a instituição escolar, tal como hoje a conhecemos, tributária dessas duas outras instituições, ela também irá atuar (como as anteriores) no processo de “individualização dos sujeitos”, desenvolvendo formas de exercício de poder assemelhadas, articuladas ou referidas às da Igreja e do Estado.

Outros desdobramentos ainda poderiam ser feitos a partir das concepções de Foucault. Contudo, para os limites desse estudo, julgo que já indiquei aqui algumas daquelas que considero as principais conseqüências da utilização do conceito foucaultiano de poder na perspectiva de Scott. Gostaria agora, de um modo mais amplo, de pensar nas possíveis implicações dessa opção teórica para a construção uma história da educação na perspectiva do gênero.

Algumas implicações políticas e pedagógicas

Inicialmente me parece que vale a pena reafirmar, com muita clareza, que a opção por uma história da educação na perspectiva do gênero é mais do que uma opção teórica ou pedagógica; é uma opção política, supõe um engajamento numa perspectiva feminista. É, pois, possível a utilização do referencial pós-estruturalista sem abandonar tal comprometimento político? Em um sentido mais limitado (mas absolutamente ligado ao propósito desse estudo), é possível continuar se valendo de Joan Scott como uma referência sem trair o feminismo?

A resposta a essas questões não é simples, nem pode, acredito, limitar-se a um *não* ou a um *sim* absolutos. Todo um conjunto de relativizações, de pluralidades, de considerações precisa vir à tela para que se possa esboçar uma solução.

Antes de qualquer argumentação teórica, parece-me importante pensar em alguma coisa que, na falta de um termo melhor, eu chamaria de uma atitude de intelectual comprometida/o. O que eu gostaria de acenar aqui é para o duplo compromisso de se colocar na disposição de se desalojar dos abrigos seguros das teorias consagradas, diante das constantes e desafiantes transformações do conhecimento; e, ao mesmo tempo, não se lançar, irrefletidamente, às novas

teorias apenas por serem novas. Sei que não sou nada original ao fazer essas colocações, mas elas me parecem necessárias, e, para me sentir de algum modo “acompanhada”, cito Michael Apple (um intelectual comprometido):

“Embora haja atualmente uma grande e necessária vitalidade no “nível” da teoria, uma porção considerável da pesquisa crítica tem sido muitas vezes apenas uma questão de moda. Ela se movimenta rapidamente de teoria em teoria, muitas vezes aparentemente supondo que quanto mais difícil alguma coisa é de se entender ou quanto mais se apóia em teorias culturais européias (de preferência francesas) melhor ela é. A rapidez ascendente da nova classe média no interior da academia — tão preocupada em mobilizar seus recursos culturais no interior das hierarquias de status da universidade, tendo muitas vezes mantido conexões apenas retóricas com as múltiplas lutas contra a dominação e a subordinação na universidade e outros locais — tem como um de seus efeitos a negação dos ganhos que foram feitos por outras tradições ou a estratégia de apresentá-los sob uma nova roupagem” (Apple, 1994, p. 191).

Descontada alguma veemência, talvez endereçada a interlocutores específicos, a colocação de Apple parece-me uma advertência importante. Na busca de introduzir e legitimar os estudos de gênero no interior da universidade, temos dispendido um esforço muito grande e que não se limita ao simples reconhecimento de uma “área de interesse”. A idéia é muito mais pretensiosa do que isso. Estudiosas/os feministas, nacional e internacionalmente, estão engajadas/os em um (ou em vários) projeto(s) de teorização das relações sociais entre homens e mulheres, com a pretensão não propriamente de construir um novo paradigma, mas de abalar os paradigmas teóricos consagrados. Essa proposição supõe que a integração da perspectiva de gênero às tentativas de compreensão e intervenção social é importante e necessária. Essa proposição — exercida no âmbito acadêmico, científico ou teórico (como se queira chamá-lo) — acaba por ter também efeitos políticos, por ser política. Penso que aí se dá, provavelmente, a construção mais cara a algumas/ns estudiosas/os do gênero — como eu — e portanto dela não podemos abrir mão. Resta então procurar perceber em que medida as teoriizações pós-estruturalistas são úteis (ou não) a tal construção.

Um caminho aparentemente simples para abordar essa problemática é o de pensar que nem feminismo nem pós-estruturalismo se constituem em conjuntos homogêneos, ou melhor, que são várias as vertentes feministas e que pós-estruturalismo está longe de nomear um corpo teórico unificado. Desse modo possivelmente algumas das proposições pós-estruturalistas seriam consonantes com perspectivas feministas e outras não. Mas talvez essa seja uma solução que mais contorna o problema do que efetivamente o enfrenta.

Gostaria aqui de tentar uma análise talvez mais limitada mas também mais direcionada, ou seja, tentar pensar sobre algumas das implicações para as/os historiadoras/es feministas das idéias foucaultianas e derrideanas apropriadas

por Joan Scott.

No meu entender, a grande “virada” teórica que nos foi proposta foi a passagem de uma história das mulheres para uma história das relações de gênero. Se foi indispensável um primeiro movimento de tornar visíveis sujeitos até então “excluídos” da história, acredito que avançamos quando passamos a pensá-los em suas relações. Essa nova perspectiva é importante não apenas porque nos permite perceber melhor os sujeitos excluídos (as mulheres, no caso) e olhar de outros modos aqueles que eram o objeto central de estudos, mas, principalmente, porque nos direciona para as relações, as práticas e as disputas de poder em que eles se envolvem. Acredito, no entanto, que essa passagem só se transforma, efetivamente, numa “virada” na medida em que aí se entende gênero como construções sociais e históricas ligadas às distinções percebidas entre os sexos, ou seja, na medida em que o caráter social e histórico passa a ser predominante nas interpretações das diferenças entre homens e mulheres.

Essa idéia é facilmente repetida e é, provavelmente, aceita por várias correntes teóricas. Considero, contudo, que o processo de desnaturalização dos gêneros pode efetivamente ganhar mais eficácia com a aplicação da prática desconstrutiva, conforme sugere Scott. Sou levada a pensar, junto com outras estudiosas, que a desconstrução pode ser um instrumento útil para um projeto de desmistificação. Útil porque analisamos e desmontamos as institucionalizações e a interdependência de cada uma das categorias, bem como demonstramos os processos que as construíram ou transformaram. Útil também porque permite desestabilizar a aparente e falsa identidade de cada um dos pólos da oposição homem/mulher, levando-nos a considerar as distinções de raça, de classe, de idade, de religião que os dividem internamente. Além disso, ao desconstruir essa oposição básica, somos também instadas/os a desconstruir outras oposições que a ela são articuladas e que são também, freqüentemente, assumidas como naturais. Nesse processo temos mais possibilidades, no meu entender, de perceber comportamentos, valores, espaços, funções, atribuídos a homens e mulheres, não como conseqüências naturais de seu sexo, mas sim como construções sociais. Por fim, e talvez como um dos mais importantes resultados do procedimento desconstrutivo, está a possibilidade de provocar uma espécie de “desmantelamento do pensamento binário” (como diz Mary Poovey, 1988, p.58.). Para essa autora, essa estratégia não iria abolir o pensamento hierárquico que subjaz às oposições ou ao poder, mas iria nos tornar capazes de “repensar o ‘poder’ bem como perceber sua qualidade fragmentária” (p.59).

Essas são contribuições que considero importantes para as/os historiadoras/es da educação, já que, como mencionei antes, introduzem a possibilidade da ruptura nos esquemas de pensamento em que nos movimentamos. Não quero afirmar aqui que tais idéias sejam originais do pensamento pós-estrutural, mas estou convencida de que o procedimento desconstrutivo pode ser um instrumento útil na desnaturalização e historicização de características e atributos usualmente

associados ao feminino e ao masculino. Nessa ótica, as práticas educativas atuais e passadas poderiam ser questionadas de um modo novo, possivelmente mais subversivo. Talvez assim fôssemos mais capazes de descobrir relações até então não percebidas ou de rever processos “generificados” (e até agora inquestionados) de produção de sujeitos.

Mas, ainda que o procedimento pareça útil, não posso deixar de acompanhar algumas das ressalvas que lhe são também apontadas. Uma (e que é lembrada pelo próprio Derrida) consiste na forma com que as feministas frequentemente vêm empregando a desconstrução, ou seja, usando-a como uma estratégia de inversão da oposição binária. Na tentativa de valorização do “feminino”, acaba-se por justificar — através de outras e mais complexas vias — posições conservadoras. Mary Poovey lembra que, quando se toma “o feminino” como uma posição unificada, se deixa de analisar especificidades no seu interior, se deixa de observar como e porque um grupo ocupa em determinados momentos determinados lugares, bem como de que modo se dão as relações entre os grupos. É possível que se venha trabalhando mais frequentemente nessa acepção (que ela identifica como o “projeto recuperativo” da desconstrução) — acepção que não pode oferecer um caminho para mudança e que, portanto, parece mais atrasar do que contribuir para o projeto político inerente ao feminismo.

Para ela, no entanto, o programa desconstrutivo poderia ser pensado de um modo muito mais radical (o que acabaria por implicar em transformações no próprio programa e no pensamento feminista). Ao desconstruirmos a oposição fixa do masculino/feminino, libertando as construções sociais das categorias biológicas das quais elas parecem ser derivadas, talvez pudéssemos, diz ela, “multiplicar as categorias de sexo”, bem como “desligar reprodução de sexo — um até aqui impensável conceito crescentemente feito possível pelas novas tecnologias reprodutivas”. Isso ocorreria porque romperíamos com a polarização em “macho” e “fêmea” (e com a colocação como anormal de tudo o que aí não se enquadra). Essa seria, no seu entender, a extensão “lógica e radical” do programa desconstrutivo — numa projeção que revolucionaria as fronteiras de nosso pensamento sobre as formas de organização humana.

Sem dúvida são proposições perturbadoras, mas que podem nos desafiar a pensar a educação de homens e mulheres, meninos e meninas para muito além dos limites que a temos pensado.

Acho também oportuno lembrar — especialmente para historiadores/as da educação — que a idéia de pluralidade, inerente ao processo desconstrutivo, deve nos levar a considerar, além de outras distinções, as diferenças de geração que atravessam e dividem a identidade masculina ou feminina. As práticas educativas e de poder que se desenvolvem na sociedade se dão também entre sujeitos adultos e crianças, jovens e velhos, muitas vezes rompendo solidariedades de gênero, de classe ou de raça. Na teoria feminista por vezes esquecemos isso, tomando como referência de gênero homens e mulheres adultos⁷.

Por tudo isso, concordo com Mary Poovey quando ela afirma que a desconstrução “tem oferecido e continua a oferecer um instrumento essencial para a análise feminista”, e a acompanho em sua advertência: “Mas a fim de que essa faca de dois gumes não reproduza o sistema que ela se propõe a eliminar, a desconstrução em si mesma precisa ser historicizada e submetida ao mesmo tipo de escrutínio com que desmantelou a metafísica ocidental” (1988, p.62). Isso implica que se questione não apenas as condições de emergência do procedimento desconstrutivo e sua apropriação pelo feminismo, como também que se indague sobre os interesses políticos a que esse procedimento tem mais frequentemente servido.

É possível perceber, então, que o encontro feminismo/pós-estruturalismo (referindo-se aqui em especial à proposta desconstrutiva) poderá implicar numa transformação de ambos os movimentos, ou, pelo menos, deverá levar à necessidade de reescrever e desenvolver alguns conceitos-chaves. Certamente há elementos que aproximam os dois movimentos, pois, como lembrou Jill Marsden (1993, p.189) ambos compartilham de um ceticismo para com as distinções tradicionais que supostamente determinam os debates e procuram “repensar o transcendental em termos da lógica da exclusão e controle”. É por isso que, como diz essa estudiosa à semelhança de outros/as já mencionados/as, “alguns textos filosóficos recentes ligaram essa operação a um repensar do feminino e a uma feminização do pensamento”. Idéias que acenam para o caráter de questionamento, desautorização, dúvida que estão presentes na teoria feminista e que integram também o pós-estruturalismo.

No entanto, no meu entender, outro grande impasse se instala no encontro dos dois movimentos: o caráter emancipatório presente no feminismo e desacreditado pelos pós-estruturalistas. Um exemplo desse impasse, e que está muito próximo aos pontos que aqui examinei, pode ser pensado em relação à conceptualização de poder por Foucault. Como decorrência dessa conceptualização, ele dirá que “uma sociedade sem relações de poder só pode ser uma abstração” (Foucault, 1991, p.16). Impõe-se daí a pergunta: tal afirmação invalida sua apropriação pelo pensamento feminista?

Inclino-me a afirmar que não necessariamente, e por mais de uma razão. Primeiro, porque se pensarmos de um modo mais tradicional na “eterna” luta entre homens e mulheres, estaremos novamente incorrendo no erro de esquecer as várias lutas e múltiplas relações de poder que se exercem no interior de cada um desses pólos (e também, é claro, de modo invertido, nessa mesma oposição). Além disso, porque, quando Foucault afirma a impossibilidade de existir uma sociedade sem relações de poder, ele acrescenta que isso “não quer dizer nem que as (relações) que estão dadas sejam necessárias”, nem que o “Poder” (que ele grafava nesse momento com maiúsculas) se constitua “numa fatalidade que não pode ser arrancada no coração das sociedades”. Está implícito então aqui, na sua concepção, a idéia de que as disputas se alteram ou podem se alterar. O

encaminhamento que se segue, em sua argumentação, é que o questionamento das relações de poder e a “intransitividade da liberdade” “é uma tarefa política incessante, e que esta é a tarefa política inerente a toda existência social” (Foucault, ob. cit. p. 16).

Essas considerações não me parecem incompatíveis com uma perspectiva feminista. Por certo colocam limites, reservas que não se coadunam com uma visão utópica de sociedade de iguais, mas também supõem transformações constantes, contínuas, mais ou menos revolucionárias ou permanentes. E aqui talvez valha a pena lembrar que as sociedades serão sempre constituídas por sujeitos diferentes (não idênticos) que buscam ser politicamente iguais. Suas múltiplas diferenças talvez venham a ser sempre, no entanto, motivo de trocas, negociações, solidariedades e disputas.

De novo constitui aqui um pequeno recorte, o recorte de alguns conceitos que podem — no meu entender de modo relativizado e mediatizado — ser apropriados por historiadoras/es, educadoras/es e cientistas sociais feministas. No entanto não esqueço que esses conceitos estão articulados a outras idéias significativas as quais possivelmente colocam outros impasses (insolúveis?) à perspectiva feminista.

Enfim, por todas essas considerações, penso, como historiadora da educação, que a proposição de Joan Scott ainda tem validade. Validade porque é desafiante, porque desestabiliza fórmulas e regras, porque liberta de algumas amarras. Mas, para ser fiel ao “espírito” que ela mesmo invoca, acredito que sua proposição precisa também ser questionada, provocar desconfiância, ser constantemente posta em xeque.

Certamente é difícil operar com tão pouca segurança e estabilidade. Não estamos acostumadas/os a isso nem como historiadoras/es e muito menos como educadoras/es. A “conclusão” de Tomaz Tadeu da Silva numa fala a educadores/as (1994) talvez possa, no entanto, de algum modo diminuir nosso desconforto. Diz ele:

“Os questionamentos colocados pelo pós-modernismo e pelo pós-estruturalismo também implicam uma posição de mais modéstia por parte da intelectual e do professor. O próprio alcance da teoria torna-se mais modesto e limitado. Não mais obrigada a dar conta de tudo, não mais obrigada a prescrever uma série de receitas para todas as situações, a intelectual educacional pode talvez agora assumir sua tarefa política de participante coletiva do processo social: vulnerável, limitada, parcial, às vezes correta, às vezes errada, como todo mundo. A intelectual do modernismo e do estruturalismo está morta. Talvez nasça em seu lugar uma intelectual mais de acordo com o tempo em que vivemos.” (p.258)

Não tenho certeza de que esteja morta a intelectual do modernismo; acho que ainda oscilamos, muitas de nós, entre essas duas posições. A proposição

pode, de qualquer modo, adquirir a forma de um convite, um convite que desafia e que, ao mesmo tempo, nos torna mais próximas/os e conscientes da contingência, fragmentação e divisão da sociedade em que vivemos.

Notas

1. Uma versão reduzida deste artigo foi apresentada na 17ª Reunião Anual da ANPEd, realizada em Caxambu-MG, em outubro de 1994, no GT de História da Educação.
2. A questão da identidade tem sido um tema importante entre os/as integrantes do GT de História da Educação da ANPEd, desde a fundação do grupo, em 1984. Dessas discussões afirmou-se a prática de historiadores como o elemento fundamental da identidade do grupo.
3. Segundo Derrida, a palavra diferença não consegue remeter para diferir no sentido de contemporização e seria essa perda de sentido que ele busca compensar com a palavra *différance* (Derrida, s/d., p.36)
4. Falocentrismo é um termo criado por Derrida para designar a associação entre logocentrismo e falocentrismo, entre os quais ele percebe uma solidariedade. De um lado, a centralidade da palavra e do pensamento na tradição ocidental, e de outro a também centralidade do falo como “significante privilegiado” (Derrida,1991).
5. Nesse tipo de raciocínio, somos então novamente postas/os diante de uma dicotomia, que a historiadora lembra ter sido inspiradora de artistas românticos: “a mulher, origem do mal e da infelicidade, potência noturna, força das sombras, rainha da noite, oposta ao homem diurno da ordem e da razão lúcida...” (Perrot,1988, p. 168).
6. A importância a ser atribuída aos processos (ao *como*) é também acentuada por Joan Scott em seu texto chave. Ali ela lembra que “em vez da busca de origens únicas, temos que pensar nos processos como estando tão conectados que não podem ser separados”. E acentua que, ainda que problemas específicos possam ser os pontos de partida de nossos estudos, eles seriam, na verdade, entradas para processos complexos e, esses (os processos) é que deveriam efetivamente nos preocupar. Segundo ela “devemos nos perguntar mais seguidamente como as coisas se passaram para descobrir porque elas se passaram”... (Scott, 1995, p.84/85).
7. Certamente há estudiosas feministas atentas às especificidades das gerações. Acredito, no entanto, que as pesquisas nessa direção são ainda pouco desenvolvidas e divulgadas no Brasil. Como exemplo poderia citar os trabalhos de Angela McRobbie: *Feminism and Youth Culture* e um conjunto de estudos editados por ela e por Mica Nava sob o título *Gender and Generation*.

Referências Bibliográficas

APPLE, Michael. O que os pós-modernistas esquecem: capital cultural e conhecimento oficial. In: Gentili, Pablo e Silva, Tomaz T. (org.). *Neoliberalismo, Qualidade Total e*

- Educação: visões críticas*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- BARBIERI, Teresita de. Sobre a categoria gênero. Una introducción teórico-metodológica. In: Azeredo, Sandra e Stolcke, Verena (org.). *Direito Reprodutivos*. S.Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1991.
- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. *Educação e Realidade*. Vol.20(2), julho/dezembro 1995.
- CANNING, Kathleen. Feminist History after the Linguistic Turn: Historicizing Discourse and Experience. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*. Vol. 19, n.2, 1994.
- COSTA, Albertina; Barroso, Carmem e Sarti, Cynthia. Pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto? *Cadernos de Pesquisa*. N. 54, agosto 1985.
- DERRIDA, Jacques. *Margens da Filosofia*. Porto: Rés, s.d.
- _____. Feminismo Y De(s)construcción. Entrevista a Cristina de Perreti. *Revista de Crítica Cultural*. N.3, ano II, abril de 1991.
- EAGLETON, Terry. *Teoria da Literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. *Vigiar e Punir*. 7ª edição. Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. El sujeto y el poder. *Revista Mexicana de Sociología*. I (3), jul/set., 1988.
- LOURO, Guacira. Uma leitura da História da Educação na perspectiva do gênero. *Teoria e Educação*. N. 6, 1992.
- MARSDEN, Jill. Strange Alliances: Feminism, Post-structuralism and the possibility of affirmation. *Women: a cultural review*. Vol.4, n.2, 1993.
- McROBBIE, Angela. *Feminism and Youth Culture. From Jackie to Just Seventeen*. Londres: McMillan Education Ltd., 1991.
- McROBBIE, Angela e Nava, Mica (ed.). *Gender and Generation*. Londres: McMillan Education Ltd., 1984.
- NUNES, Clarice e Carvalho, Marta. Historiografia da Educação e Fontes. *Cadernos da ANPEd*. N. 5, setembro 1993.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- POOVEY, Mary. Feminism and Deconstruction. *Feminist Studies*. Vol. 14 (1), Primavera 1988.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. O adeus às metas narrativas educacionais. In: Silva, T.T. da (org.). *O Sujeito da Educação. Estudos Foucaultianos*. Petrópolis, Vozes, 1994.
- SCOTT, Joan. *Gender and the Politics of History*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1988a.
- _____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Vol.20(2), julho/dezembro 1995.

_____. Deconstructing equality-versus-difference: or, the uses of poststructuralist theory for feminism. *Feminist Studies*. Vol. 14 (1), Primavera 1988b.

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: Costa, Albertina e Bruschini, Cristina (org.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro e São Paulo: Rosa dos Tempos e Fundação Carlos Chagas, 1992.

Guacira Lopes Louro é pesquisadora do CNPQ e coordenadora do Grupo de estudos de educação e relações de gênero (GEERGE).

Endereço para correspondência:

Rua São Manoel, 1780 ap. 410

90.620-110 - Porto Alegre - RS - Brasil